

ATA DA 341ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA
Realizada em 10 de julho de 2017

Aos dez dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às catorze horas, foi realizada a trecentésima quadragésima primeira Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA - PE, na sua sede, localizada na Rua das Ninfas, 65, Boa Vista, Recife, PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros (as): Nelino José Azevedo de Mendonça, titular da Secretaria de Educação; Daniëlle de Belli Claudino, suplente do Gabinete do Governador; Arnaldo Sampaio, titular da Associação de Karatê Goju-Ryu de Pernambuco; Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE/PE; Ricardo Oliveira e Natuch P. de Lira, titular e suplente do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC; Maria Francisca S. de Carvalho, titular da Secretaria Estadual de Saúde; Carmen Galvão e Maria José Galvão Gueiros, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social Criança e Juventude – SDSCJ; José Rinaldo Carvalho da Silva e Silvan Ataíde, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social- SDS; Eduardo Gomes de Figueiredo, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos- SJDH; Tarciana S. Castelo Branco, suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – ADASE; Maria de Lourdes Viana Vinokur, titular do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP; Romero Silva e Deila do Nascimento Martins Cavalcanti, titular e suplente do Gabinete de Assessoria Jurídicas das Organizações Populares – GAJOP; Eliane Maria de Castro Silva, titular da Inspetoria Salesiana do Nordeste do Brasil– ISNEB. Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA/PE: a diretora executiva Rosa Barros, Ana Leão, José Clemente da S. Neto, Kalline Gabrielle da Silva, Márcia Santos, Irani do Carmo, João Vianey, Sheila Ferreira, Gicélia Domingos de Carvalho Souza, Jacqueline Bezerra, Evanilson Alves de Sá. Iniciando os trabalhos, após verificar o *quórum*, o Presidente do Conselho, Eduardo Gomes de Figueiredo, antes de proceder a leitura da pauta, informa aos presentes sobre a vacância da Segunda Vice-Presidência do Conselho e, logo após, apresenta a candidatura do Conselheiro José Rinaldo Carvalho da Silva, representante da Secretaria de Defesa Social- SDS. Apresentada a candidatura e posta em regime de votação, o conselheiro foi eleito por unanimidade dos votos. Concluído o processo de escolha, o Segundo Vice-Presidente, José Rinaldo Carvalho da Silva, agradece a todos pela confiança nele depositada e se compromete em continuar trabalhando para o bem da instituição e na defesa dos direitos de crianças e adolescentes como profissional e militante. Prosseguindo, a **Câmara Temática de Políticas Públicas** procedeu as seguintes recomendações: disponibilizar quinhentos estatutos à Associação dos Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares do Agreste de Pernambuco - ACONTAGPE; Indicar o Conselheiro, Segundo Vice-Presidente do CEDCA/PE, Rinaldo Carvalho, para ministrar palestra em evento a ser realizado em 15 de junho de 2017, na cidade de Pesqueira – PE; autorizar a solicitação da Escola Conselhos para utilização do saldo resultante de aplicação financeira remanescente do Convênio nº 001/2015, condicionando a análise de legalidade pela Procuradoria Geral do Estado, que produzirá eficácia após publicação no Diário Oficial do Estado; indicar a Conselheira Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, para integrar, como titular, o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância e Solange Loureiro como suplente; realizar o III Congresso Anual do Fórum Estadual de Defesa dos Direitos da

Criança e do Adolescente – Fórum/DCA; recomendar que a minuta do Plano Estadual Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de Pernambuco – 2017/2026 seja encaminhado para consulta pública a partir do dia 13 de julho do corrente e que o documento seja encaminhado para o e-mail dos conselheiros; que o conselho defina o mais breve possível ida à Fernando de Noronha para realizar o seminário e que o pleno indique os conselheiros que irão acompanhar a ação e definam outras demandas necessárias. Com relação a solicitação de Estatutos a Câmara recomenda a doação de 200 (duzentos) à Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude; disponibilizar 200 (duzentos) exemplares à Prefeitura de Paulista-PE, e ainda disponibilizar 200 (duzentos) estatutos para o Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente. Prosseguindo, o Presidente relata a necessidade indicação de um conselheiro para substituir a conselheira Carmen Galvão no Comitê do Programa de Proteção à Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM. Após processo de discussão o foi indicado o Conselheiro José Rinaldo Carvalho da Silva. Em seguida, o presidente submeteu as recomendações da Câmara de Políticas Públicas ao regime de votação, e os conselheiros presentes deliberaram pela a aprovação das já mencionadas recomendações. Passando-se às recomendações da **Câmara Temática de Planejamento, Orçamento e Finanças** foi apresentado o Relatório Financeiro CEDCA/PE – Junho/2017 que, sem restrição, foi aprovado por todos os presentes. Em seguida, o Conselheiro Natuch Lira argumenta que o Plano de Aplicação Financeira – 2017, ainda continua sem resposta do governo do estado, atestando sua aprovação ou desaprovação, recomendando que essa ausência de resposta deverá ser comunicada ao Ministério Público Estadual. O presidente ainda solicita que a Técnica Sheila Marques proceda ao levantamento de informações para reiterar o ofício encaminhado à Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, para, assim, fundamentar o ofício a ser dirigido ao Ministério Público Estadual. Posto em regime de votação, a recomendação foi acatada por todos os presentes. Prosseguindo com a **Câmara de Articulação e Comunicação** foi apresentada, para conhecimento, a logomarca do Seminário 27 Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente e, para apreciação, considerações e aprovação a logomarca para o Seminário de Justiça Restaurativa, criadas pela Escola de Conselhos. Após discussão, a logomarca foi aprovada por todos os presentes, que também elogiaram a Escola Conselhos pela criação. Prosseguindo com a Câmara de Medidas Protetivas e Socioeducativas, foram apresentadas as seguintes recomendações: solicitar a FUNASE, em caráter imediato, a execução operacional e financeira do Plano de Ação de Curto Prazo, bem como esclarecimentos sobre a implantação da Central de Vagas no CENIP – Recife; com relação a avaliação do PEDAS/2016, a câmara sugere o maior controle do tempo para garantir a metodologia sugerida para apresentação do status das metas, e, quando se tratar daquelas parcialmente executadas apresentar recomendações; encaminhar ao Ministério Público Estadual, após aprovação, a resolução do CEDCA/PE que trata do fechamento do Case Abreu e Lima acompanhada de cópias de todos os documentos que fundamentam as recomendações; com relação a denúncia de violência sexual contra criança no município de Tamandaré-PE, foi sugerido o envio dos documentos apresentados ao município em razão da competência administrativa para apuração de falta disciplinar eventualmente praticada por servidor público, devendo-se, da mesma forma, encaminhar a referida documentação ao Conselho Municipal de Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes de Tamandaré e ao Departamento de Polícia da Criança e do Adolescente; recomenda que a composição do Grupo de Trabalho para tratar do processo de povoamento das novas unidades de atendimento socioeducativo em construção, necessário ao gradativo fechamento da unidade de Abreu e Lima, seja constituído conforme o que estabelece o parágrafo único constante da

minuta em apreço, bem como que seja incluído na referida minuta o dispositivo prevendo que em caso de descumprimento o Ministério Público será comunicado; com relação ao Inquérito Civil Público, que tem como destinatários o Município de Itaíba e Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Itaíba, foi sugerido o envio do documento à SDSCJ/PE, a fim de dar suporte ao município, cabendo ao CEDCA/PE o monitoramento de acordo com a metodologia estabelecida no PEDAS e, por fim, informar ao órgão competente; incorporar os dados constantes na Nota Técnica encaminhada pela Secretaria de Educação à avaliação do PEDAS; solicitar a FUNASE informações sobre as denúncias postas no Relatório do GAJOP; enviar ofício ao Poder Judiciário reforçando a necessidade da manutenção das audiências concentradas nas unidades de internação; indicar os conselheiros Arnaldo Sampaio e Tarciana Castelo Branco, como Titular e Suplente da Sociedade Civil, e Nelino Azevedo e Carmem Galvão, como Titular e Suplente do governo, para compor o Grupo de Trabalho Intersetorial para colaborar com o planejamento do processo de ocupação das Unidades da FUNASE Cabo II e Jaboatão II, e na comissão instituída pela resolução em apreço; solicitar do Ministério Público Estadual que encaminhe ao CEDCA/PE, quando findo, o resultado do procedimento instaurado para apurar as rebeliões em Pacas; oficiar o Poder Judiciário e ao Ministério Público, em caráter de urgência, solicitando explicações sobre o adolescente com deficiência intelectual internado no CENIP/CASE Arcoverde - PE e demais denúncias constantes no relatório elaborado pelo Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura de Pernambuco; solicitar ao Ministério Público Estadual o andamento dos processos movidos contra as Unidades de Internação da FUNASE. Em seguida, o presidente submeteu as recomendações da Câmara de Medidas Protetivas e Socioeducativas ao regime de votação, sendo aprovadas por unanimidade. Prosseguindo, a Câmara apresentou, exclusivamente para conhecimento, o Relatório elaborado pela Coordenadoria da Infância e da Juventude, acompanhado do Ofício 001/2017 – CIJ; o Projeto Dialogando para Mudança: enfrentando desafios pela Socioeducação, de iniciativa do Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares – GAJOP; e, por último o Plano Municipal das Ações Socioeducativas do Município de Lajedo – PE. Após os encaminhamentos das Câmaras e deliberações da plenária, o presidente passou a apresentação da ata da Assembleia 340ª, aprovada sem ressalvas. Prosseguindo, apresentou a minuta de resolução que delibera pela impossibilidade da continuidade dos serviços executados pela unidade Atendimento Socioeducativo da FUNASE – CASE/Abreu e Lima/PE e consequente fechamento progressivo da referida Unidade; e, em seguida, a minuta de resolução que dispõe sobre registro de entidades e inscrição de programas, conforme previsto nos artigos 90 e 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que foram aprovadas por unanimidade. Nos informes, a Diretora Executiva comunicou que o conserto da Parati, ano de fabricação 2006, placa KJJ5774, propriedade do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente não foi autorizado devido a decreto estadual que veda recuperação de veículo com mais de dez anos de uso. Após os devidos esclarecimentos, os conselheiros presentes aprovaram o desfazimento do bem, com entrega para leilão. Em seguida, o conselheiro Arnaldo Sampaio solicita a palavra e realiza os seguintes esclarecimentos: Que tomou conhecimento pelas redes sociais – WhatsApp – de comentários do Secretário de Desenvolvimento Social Criança e Juventude que põem em xeque a credibilidade de entidades da sociedade civil que compõem o pleno do conselho e, em especial, a que ele representa. Instituição que já desenvolveu ações em 12 municípios, têm 12 núcleos e mais de 700 associados. Questiona se é pelo fato de ser uma instituição esportiva dedicada ao Karatê e do município de Exu, no sertão? Como munícipe, conselheiro e representante da entidade propõe que o conselho amadureça o

149 que pode ser feito e que o ocorrido possa ser o grande tema do próximo pleno.
150 Retomando a coordenação dos trabalhos, o presidente pondera que cada pessoa é
151 responsável pelo que diz e que às vezes falam sem refletir. Propõe a seguinte reflexão: o
152 secretário tem militância na sociedade civil; sempre se colocou à disposição do
153 conselho; não sabia que o CIEE é uma entidade sem fins lucrativos. Prosseguindo,
154 Deilla Cavalcanti ressalta que nesse momento estavam presentes mais de 50 pessoas, das
155 quais duas estão no pleno desse conselho. O GAJOP estava presente, mas não tinha
156 poder de fala. Defende que o secretário possa revisitar sua fala com pedido de retratação
157 pública. Descreve ainda que o Secretário afirmou que o conselho defende uma fala
158 político-partidária e romântica frente a problemática do sistema socioeducativo. Natuch
159 Lira afirma que tempos atrás o CENDHC e CAJOP já passaram por algo parecido e que
160 falas desse tipo são recorrentes. Defende a retratação diante de todas as entidades
161 citadas. Retomando a fala o Conselheiro Arnaldo Sampaio declara que associações de
162 âmbito municipal e regional do Araripe estão se mobilizando e, na próxima assembleia,
163 apresentará documento marcando posições de prefeitos sobre a importância da região e
164 da instituição que ora representa. A conselheira Tarciana Castelo Branco denuncia que
165 em Vitória de Santo Antão, o poder público municipal utiliza-se de práticas abusivas
166 para desqualificar a Casa da Criança, além de não responder aos ofícios, elabora
167 relatórios inverídicos tentando ofuscar a imagem da instituição. Atento as colocações, o
168 Presidente agradeceu a presença e contribuição de todos e deu por encerrada a
169 Assembleia.

170
171
172 **Eduardo Figueiredo**
173 Presidente do CDCA/PE